

ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

-----**SESSÃO ORDINÁRIA:**-----  
-----**REUNIÃO DE DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2002**-----  
-----**ACTA NÚMERO DEZ / DOIS MIL E DOIS**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício.-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (P.S.D.), Abel José Marques Bruno Henriques (B.P.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (P.S.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), Cândido Manuel Patuleia Mendes (B.P.), Maria Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira (C.D.U.), Carlos Fernando Faria Duarte (P.S.D.), João Ricardo Mateus (B.P.), Paulo Pereira Rodrigues (P.S.D.), Vítor Manuel Ferreira Fonseca (P.S.), Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (B.P.), Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), Mário Gomes Morgado (C.D.U.), Susana Paula Geraldês Trindade Manco (P.S.), Carlos João F. Pereira Fonseca (P.S.D.), Marlene Sofia Fortunato Veloso (B.P.), Joaquim Luis Elias Carvalho (PS), João Paulo Hermenegildo (P.S.D.), José António Oliveira Gordinho Leonardo (B.P.), Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.), João Manuel Cordeiro Alves (C.D.S./P.P.), José Manuel Gonçalves Vieira (P.S.D.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (B.P.) e Joaquim Marcos Henriques (B.P.).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, , Jorge Manuel Costa Pereira, Manuel Quintino Filipe Silva, António José Silva Faustino e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a responsável pela Divisão Financeira Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão que decorreu na no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município.-----

-----**CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO / LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE € 580.000:** O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que como se pode verificar, a proposta contém apenas três obras que têm um quadro de realização temporal no final da contratualização do triénio 2000 – 2002 e a sua continuação no triénio 2003 – 2005. Como se pode constatar as importâncias que constam do PPI são em função dos elementos disponíveis quer quanto à capacidade de endividamento, quer quanto ao momento de obtenção deste financiamento. Levar a cabo as obras, para além de ser urgente a procura de não perder a capacidade de investimento, são de inegável interesse as obras referenciadas na proposta. A aplicação do POCAL está a fazer-se em pleno desde 1 de Novembro, tendo já sido recuperada toda a receita. Quanto à despesa está recuperada até Agosto. A despesa paga em Setembro situou-se nos € 337.083 e em Outubro nos € 1.484.593. Ontem, 19 de Dezembro, o saldo de tesouraria era de € 970.029 que se destinam a satisfazer o pagamento dos vencimentos (€ 153.000), do empréstimo a curto prazo (€ 200.000), as obras do edifício dos Paços do Município (€ 248.000) e ao pagamento a alguns fornecedores e empreiteiros. Sendo necessário fazer as obras contempladas na proposta apela à sua aprovação, dado que havendo algumas obras para quais não é possível a obtenção de fundos comunitários, em termos de apoio revestem-se de interesse para as populações. Está incluídas a nova conduta do Vale Covo, os polidesportivos, a ampliação do cemitério da Rolíça, a conclusão das obras no cemitério do Senhor Jesus, o desvio das águas em São Mamede, arranjos de arruamentos nalgumas povoações, vedação nas escolas, aquisição de viatura para

## ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

os Bombeiros Voluntários, correcção de curvas na estrada da Portela, obras estas que tem de ser executadas com recurso ao esforço da tesouraria municipal. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) lamentou que numa altura em que não há calendário político e as pessoas têm compromissos familiares, no Bombarral haja uma Assembleia Municipal para discutir o Orçamento e o PPI. Lembrou ser a terceira vez que esta assembleia reúne para discutir esta proposta que tem vindo em quarto minguante. Nas vezes anteriores apresentaram dois vícios de violação da lei – na primeira violava-se a lei do Orçamento e na segunda por falta de fundamentação financeira. Leu o n.º 7 do artigo 53.º da Lei 5-A/2002, dizendo que o quesito dele constante é imperativo, não avançando o legislador qualquer solução para o caso de não se terem três propostas de instituições bancárias. A proposta hoje apresentada só trás as condições da Caixa Geral de Depósitos, pelo que estão perante um vício de forma e as deliberações tomadas com preterição de formalidades estão feridas de ilegalidade. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que se está à volta do mesmo assunto pela terceira vez consecutiva e apenas os valores diferem pois a estratégia do Presidente da Câmara continua a ser a mesma – “toma lá oposição e vejam se mudam de opinião”. A CDU quase esteve tentada a dar os parabéns pela celeridade com que se refez a proposta. O Presidente da Câmara reformulou a proposta mas continua sem dialogar, não tendo ouvido as palavras do ex-Presidente da Assembleia Municipal que deixou o recado de que os próximos tempos vão ser difíceis e é preciso encontrar novas formas de governar a autarquia. O Presidente da Câmara veio para a comunicação social lançar acusações à oposição, mas vai-se ver quem não deixa fazer. Se somarem todos os dígitos da proposta o resultado é 13, o que, nesta assembleia, só dá empate e é a oposição que tem de desempatar. Chamou a atenção de que o parecer do Ministério das Cidades se refere a um valor de serviço da dívida de € 475.060, mas os documentos apresentados se referem a um valor de € 451.060, existindo uma diferença de € 24.000. O Presidente da Câmara está mais preocupado com o facto deste empréstimo não afectar a capacidade de endividamento do que com o montante da dívida da Câmara. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que enviou cópia das consultas efectuadas às instituições bancárias e das propostas recebidas. Sendo uma operação sujeita a visto do Tribunal de Contas concerteza que no momento oportuno serão analisadas todas as premissas e tudo o que rodeia a operação no sentido de ajuizar das circunstâncias do visto. Tendo sido feita uma consulta em termos normais, só uma instituição respondeu, pelo que lhe custa que se coloquem questões sobre a legalidade da proposta. Em relação à intervenção do senhor Mário Morgado disse não ter ficado molestado com a sua intervenção e que a terminologia saída na comunicação social é da responsabilidade do jornalista. Disse ter procurado de alguma forma ir de encontro à posição da CDU, tendo a redução do valor a ver com o que julga essencial. Na previsão do comportamento da assembleia municipal poderia ter sido parco na execução das melhorias nos aglomerados urbanos previstas no PPI. Procurará responder ao que é a responsabilidade do exercício.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) realçou que as consultas efectuadas às instituições bancárias seguiram cerca das 13.00 horas de dia 04 de Dezembro (uma quarta-feira) com o pedido de resposta até às 15.00 horas de dia 09 de Dezembro (uma segunda-feira). Soube deste processo através de uma instituição bancária que não respondeu por não ter tido tempo. Actualmente quem decide não são as agências locais mas sim as direcções centrais, pelo que os processos são encaminhados das agências para as direcções regionais e daí para as direcções centrais. Reparou que na proposta não é mencionado se o empréstimo é a 15 ou a

## ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

20 anos. Perguntou qual o valor do restauro do Palácio Gorjão porque é muito confuso apreciar as contas da Câmara quando ainda não tem os dados concretos.-----

-----A D. Susana Manco (PS) disse que esta proposta de empréstimo tem um aspecto positivo porque ficaram a saber qual é a prioridade para o concelho. O projecto do Presidente da Câmara resume-se ao complexo desportivo. A rede de saneamento básico não conta porque é básica e o teatro é um compromisso assumido. Ficam hoje esclarecidos, pela insistência, que a grande obra é o complexo desportivo. Questionou quais e por quanto foram vendidos os bens previstos no orçamento de 2002 para alienação. Referiu que na informação 23/02, de 28 de Agosto consta um saldo positivo de € 1.759.000 e na informação 31/02, de 13 de Dezembro, consta um saldo positivo de € 1.776.000. Em face destes saldos positivos perguntou se o senhor Presidente da Câmara espera no último mês do ano apresentar uma redução súbita da dívida.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) referiu que a lei diz que a proposta de empréstimo deve vir acompanhada de informação das condições praticadas em três instituições bancárias. Não tem que se preocupar com o Tribunal de Contas mas sim com o estrito cumprimento da lei e não estar à espera da benevolência do Tribunal de Contas. A lei não deixa dúvidas, sendo clara e peremptória e não tem solução para a falta de resposta. Se assim não fosse bastaria numa situação limite pedir a informação às instituições bancárias meia hora antes. Lamenta que se continue a discutir aspectos políticos sem resolver esta questão. Apelou ao senhor presidente da Mesa da Assembleia para que cumpra o disposto no artigo 54.º da Lei 169/99.---

-----O senhor Presidente da Câmara disse que nos vários pedidos de empréstimo se pode constatar quais têm sido as instituições bancárias que têm respondido. A Caixa Geral de Depósitos de alguma forma está mais virada para a concessão de crédito às autarquias. Disse existirem outras prioridades que têm o financiamento assegurado e que apenas por razões burocráticas não tiveram o seu desenvolvimento. Na rede de saneamento faltam apenas o Barrocalvo Norte, o Casal Centeeiro e o Vale Touro. Essa proposta foi retirada porque a autarquia há-de sempre procurar obter capitais próprios. Com toda a engenharia financeira que poderem não se podem desperdiçar participações a 65%, porque quando tiverem de suportar as obras a 100% será muito mais difícil. Não houve alienação de bens porque o processo de inventariação é um bocado delicado. Quanto á redução da dívida não obstante não ter havido nenhum processo especial espera poder demonstrar a mesma. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira disse ter consultado telefonicamente a CCRLVT sobre a questão da apresentação de propostas por três instituições bancárias, tendo-lhe sido dito que uma vez provada a consulta às instituições do mercado e uma vez que a resposta não chegou o processo poderá ser submetido à Assembleia Municipal.

-----A senhora D. M.ª Los Angeles (CDU) disse entender que este pedido só se justifica pelas obras que podem ter acesso a melhores condições para execução. Estava à espera que o senhor Presidente da Câmara viesse justificar o porquê da escolha prioritária do complexo desportivo do Falcão. Gostava que o senhor Presidente da Câmara explicasse o porquê de neste momento ser esta a obra prioritária. Perguntou se não sendo contempladas obras de infra-estruturas básicas neste empréstimo, significa que o executivo vai realizar estas obras em 2003 ou se vai procurar fazê-las. Se sim gostava que o senhor Presidente da Câmara assumisse o compromisso de honra de que vai fazer estas obras em 2003. Quanto ás pequenas obras referidas disse serem obras de extrema importância para os munícipes do Bombarral, pelo que pergunta se as mesmas se vão realizar em 2003.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse haver duas questões a analisar: a parte jurídica e a oportunidade das obras. Não pondo em causa a necessidade das obras, tem sérias

## ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

dúvidas de que devam ser feitas nos locais previstos. Perguntou quantas vezes sucede na Câmara Municipal pedir-se uma informação á quarta-feira para ser presente na segunda-feira, ou se todo este processo foi programado para ser a Caixa Geral de Depósitos a responder.-----

----- A D. Susana Manco (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara não mencionou se era necessário recorrer à venda de bens, mas afirmou no orçamento de 2002 que as restantes receitas não são suficientes para a realização das obras pelo que propôs a venda dos bens. Espanta-se que tenha sido dito que as verbas decorrentes das alienações vão ser apreciadas por uma comissão que vai ser constituída para o efeito, porque o senhor Presidente da Câmara teve um ano para o fazer e não o fez. Daqui a um ano vai estar aqui a dizer a mesma coisa. Disse que o valor de € 625.000 previsto para a venda dos lotes na zona de comércio e serviços resolviam o problema. Se alguém está a empatar não são eles. Só a venda de lotes na zona de comércio e serviços dava para cobrir este empréstimo. Referiu igualmente as verbas gastas no beberete da inauguração do centro de saúde. Não houve capacidade de gerar receita e executar obras, logo não há capacidade para gerir este município. Disse ser esta das poucas autarquias que recorrem a comparticipações a 65% para obras de saneamento.-----

----- O senhor Presidente da Câmara disse que a estrada de Azambujeira aos Baraçais é prioritária, mas se comparar a verba prevista para suportar por capitais próprios, continua a ser prioritária porque já está adjudicada. A CCRLVT é a única CCR que ainda tem verbas disponíveis para equipamentos desportivos e atendendo a que este concelho não beneficiou anteriormente de apoios para equipamentos desportivos não quiseram deixar de ter a oportunidade de a incluir nas prioridades. Não podem candidatar qualquer obra com um valor inferior a € 400.000. Compromete-se a procurar dar satisfação a essas obras não apoiadas e que podem beneficiar a vida das populações. As obras retiradas da primeira proposta são prioritárias e vão procurar ser viabilizadas através de fundos de tesouraria libertos pelo financiamento. No que toca às questões formais disse nunca deixar de se balizar pelo cumprimento da lei. Julga que na inauguração do centro de saúde, como na recepção ao senhor Presidente da República, os órgãos de soberania devem ser bem recebidos. O beberete foi uma coisa singela e simples, não havendo nenhuma exorbitância. Referiu que todos os vinhos e fruta foram oferecidos por empresas do Bombarral. O que teve de se pagar foi o serviço prestado por quem teve disponibilidade para tal. -----

----- O senhor Abel Henriques (BP) mais uma vez apelou ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia para pôr ordem na desordem que está a ser esta discussão. Ainda não se decidiu se esta proposta pode ou não ser objecto de deliberação. Não concorda minimamente com a opinião da CCRLVT. Se calhar também não concorda com a lei mas isso não o subtrai ao seu cumprimento.-----

----- O senhor Mário Morgado (CDU) disse ter ficado chocado com o facto do senhor Presidente da Câmara ter dito que não ficou molestado com a sua intervenção porque na mesma não pode ser vista qualquer intenção ofensiva. Avaliam as estratégias mas salvaguardam as pessoas. Que saiba o senhor Presidente da Câmara não contestou o artigo que saiu no jornal. Não foi explicado o porquê da diferença nos valores entre a Câmara e o Ministério das Cidades.-----

----- A D. M.ª Los Angeles (CDU) disse que aquilo que quer que o senhor Presidente da Câmara responda é se vai realizar as obras enunciadas em 2003, sob compromisso de honra. E só quer ouvir um sim ou um não.-----

----- O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse que se devia ter a certeza se a proposta é legal ou não para não se estar aqui a perder tempo. Quase se dispensava de fazer perguntas porque as respostas são massudas e pouco esclarecedoras. A notícia do jornal chocou-o

## ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

porque não são eles que estão a empatar. O Presidente da Câmara devia ver-se ao espelho. Foi criada uma comissão de acompanhamento do Orçamento que não funciona porque a Câmara não responde. Na discussão do orçamento e PPI para 2002 alertou que estes estavam empolados e que as receitas não eram previsíveis. O empréstimo não passou nas duas primeiras vezes e não sabe se passará á terceira. Tem que se averiguar quem são os empatas.

-----O senhor Presidenta da Câmara disse que com compromisso de honra irá executar as obras enunciadas se para tal tiver dinheiro disponível.-----

-----A Chefe da Divisão Financeira disse que o valor de € 451.060 que consta da sua informação foi retirado do quadro de empréstimos, não sabendo qual a fonte de informação da CCRLVT.-- -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse pensar que esta discrepância de valores se deve a que o pedido de parecer à CCRLVT foi efectuado pelo senhor Chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara. De acordo com a lei a inventariação do património deveria ter estado concluída em Janeiro de 2002, e se o tivesse estado poderia ter sido feita a alienação de património, pelo que é uma falha gravíssima de gestão. A Câmara Municipal terá que disponibilizar capitais próprios de cerca de 160.000 contos e para o orçamento de 2003 existe um aumento na primeira de versão de 200.000 contos e na última versão de 120.000 contos de despesas correntes, o que é extraordinário. Uma das prioridades no PPI de 2002 era a zona de actividades económicas do Falcão que permitiria fazer a instalação de empresas nessa zona. Tudo isto é uma capacidade de saber ou não gerir. Recorrer a empréstimos é sempre a situação mais fácil. A Câmara também devia poupar. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) quanto às despesas do beberete, parece-lhe elementar que se deve receber bem seja quem for e que se divulguem as inaugurações. Quanto ao pedido de empréstimo realçou que tirando uma proposta da CDU nenhuma outra força fez qualquer proposta tendo-se limitado a criticar, deambulando-se por várias questões. Este pedido já vai na terceira versão e houve várias obras que deixaram de figurar. Não entende a ligação que existe entre as pequenas obras e este empréstimo. Pensa que cada obra deve ter o seu financiamento e calendário de execução. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse ficar estupefacto ao ver que o deputado Fernando Venâncio sabe esclarecer a situação e a Divisão Financeira da Câmara não sabe a razão da discrepância de valores. Esta situação retrata um pouco as críticas que este órgão tem feito. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o inventário patrimonial está a ser desenvolvido. Quanto aos fundos gerados pela alienação dos lotes do pólo II disse que face à possibilidade de desenvolvimento em termos de fundos estruturais foi aquela a obra candidatada sendo um dos objectivos a prosseguir. A ligação que pode existir entre este empréstimo e as pequenas obras é que a aprovação do empréstimo pode permitir uma folga financeira para realização da mesma. Não sendo viabilizado o empréstimo à obras que deixarão de ser feitas. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que só soube a informação sobre a discrepância de valores porque leu a documentação e lá diz que o pedido de parecer foi feito pelo chefe de Gabinete. É evidente que tudo aquilo que disseram foram propostas sobre como a Câmara haveria de realizar capitais próprios para financiar as obras. No PPI 2003 há financiamentos não definidos de cerca de € 1.000.000 pelo que gostava de saber como se vão concretizar. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral disse que se está a discutir um eventual empréstimo quando todos sabem que o desenvolvimento do concelho

## ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

depende de operações como esta que visam não perder a oportunidade de revitalizar o concelho. Parece que se perde o amor à terra quando as ferramentas são manobras de diversão à volta do que é essencial. Perguntou se os cidadãos quererão obra ou a estagnação. Chumbar consecutivamente este empréstimo mais não é do que adiar o futuro do concelho. Apela ao bom senso sempre que matéria tão importante estiver em discussão. Quanto ao despesismo gostaria de perguntar se é com fotocópias a preto e branco e com água e azeitonas que se recebe um Presidente da República ou um Ministro. -----

-----A D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (CDU) declarou que “Na última Assembleia Municipal extraordinária de dia 22 de Novembro de 2002, foi apreciado e discutido um pedido de empréstimo a contrair pela Câmara Municipal de 800 mil Euros. Nessa mesma sessão os eleitos da CDU, por não concordarem com a necessidade de continuar a recorrer a crédito para realizar toda e qualquer obra, e por entenderem que embora este empréstimo não seja contabilizado na capacidade de endividamento da Câmara isso não significa que na prática esta não tenha que pagar estas dívidas pelo que a situação de endividamento do município se agrava~ propuseram ao Sr. Presidente uma diminuição da verba do empréstimo identificando as obras que consideravam ser prioritárias para o concelho, a saber: - Abastecimento de água à zona alta da Vila - Construção da rede de esgotos das freguesias ( Barrocalvo ) - Construção da rede viária Azambujeira - Baraçais - Recuperação do Teatro Eduardo Brasão. A escolha destas obras não foi aleatória, já que o que está em causa é, maioritariamente, a efectivação de infraestruturas básicas que há muito tempo deveriam de ter sido executadas. E, nessa mesma sessão propusemos a contracção de um empréstimo de 480 mil Euros para viabilizar a realização destas obras em 2003. Este segundo pedido de empréstimo de 580 mil Euros que o executivo volta a trazer à Assembleia, a 20 de Dezembro, contempla de facto duas das obras por nós propostas (Abastecimento de água à zona alta da Vila e Recuperação do Teatro Eduardo Brasão) mas exclui as outras substituindo- as pelo Complexo Desportivo do Falcão. Embora não concordemos com a localização deste complexo, entendemos que uma infraestrutura desportiva de qualidade é, se de fácil acesso, um bem para o concelho e seus munícipes, mas entendemos que antes de mais é necessário realizar as obras que respeitam a infraestruturas básicas e só depois prioritarizar a implantação das outras infraestruturas, ainda mais tendo em conta a difícil situação financeira do Município. Parece que copiamos as prioridades governamentais que não permite endividamentos que visem a construção de habitação social mas que o permite para a construção dos estádios de futebol. Entendemos que as pequenas obras escolas, ( vedações nas escolas) problemas de segurança de pessoas e bens, (resultantes de deficiente escoamento das águas em São Mamede) por honrar os nossos mortos ( ampliação do cemitério da Roliça) problemas de sanidade pública e qualidade de vida ( completar a rede de saneamento das Gamelas e o sistema complementar de Á-dos-Ruivos e Estorninho) e mesmo a construção dos polidesportivos nas freguesias rurais não podem aparecer condicionadas à prioritização do Complexo desportivo do Falcão. Tendo em conta o passado, com a paupérrima taxa de execução de 20% que a Câmara apresenta respeitante aos projectos inseridos no Plano Operacional de Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, entendemos não estarem reunidas as condições de confiança política que nos garanta a efectivação das obras que consideramos prioritárias . Assim, só a garantia expressa em acta do senhor Presidente da Câmara (da qual pediremos responsabilidades) da realização em 2003 das obras que ficaram excluídas no pedido de empréstimo e a realização daquilo que o Sr. Presidente considera pequenas obras, mas que nós consideramos serem de importância vital para os munícipes levará a que os eleitos da CDU viabilizem este pedido de empréstimo. “-----

## ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) considerou ser necessário decidir coisas importantes para o concelho mas não a qualquer preço. Esperam uma intervenção clara da Mesa da Assembleia que diga se é legal ou não discutirem esta questão só com a informação de uma instituição bancária. Acha que não e pede o conselho da Mesa.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que os financiamentos não definidos se prendem com a procurar de obter financiamentos diversos. Pensa ter respondido cabalmente quanto ao compromisso de execução das obras.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que o problema colocado pode pôr alguma dificuldade de resolução e é bastante importante porque pode levar a resultados perversos. O legislador ao dizer que a proposta deve ser obrigatoriamente acompanhada da informação de três instituições bancárias é imperativo. Havendo uma liberdade contratual das instituições bancárias estas não estão obrigadas a responder. Se houvesse duas entidades a dar resposta podia ainda assim a discussão estar inviabilizada. Pode a Câmara demonstrar que consultou as instituições bancárias e lhes deu um prazo razoável para responder e que permita que as regras sejam claras. A forma como a lei está redigida levanta problemas, criando dificuldades na contracção de empréstimos que nalguns casos a Assembleia Municipal podia considerar pertinentes. Pode até suceder que as instituições bancárias actuem em conluio para impedir a contracção de um empréstimo. Esta questão tem de ser resolvida com bom senso recorrendo a princípios jurídicos. Deve funcionar o princípio da transparência na administração pública. Pode ter acontecido que o legislador não tenha redigido a norma nos seus melhores termos e neste caso tenha pecado por excesso. Neste caso a forma de cumprir esse princípio será provando que as consultas foram feitas e num tempo que permitiu que as diversas instituições dessem resposta. Considera que nesta situação ainda assim as instituições bancárias que estivessem interessadas em apresentar propostas o poderiam ter feito dentro do prazo estabelecido atendendo às tecnologias de comunicação existentes. Parece-lhe que a Câmara Municipal ao ter enviado as consultas cumpriu o princípio da transparência e o tempo dado era suficiente para ser dada resposta. Pensa que a proposta tem condições para ser colocada à votação.-----

-----O senhor Paulo Pereira (PSD) disse que a prioridade das obras a executar está definida e a verba só poderá ser afectada às mesmas. Se não houver execução de obras não haverá dinheiro, pelo que espera que haja necessidade de utilizar todo o dinheiro porque isso significa que as obras são todas feitas.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) recorreu da decisão da Mesa. A lei diz que é imperativo terem de ter mais do que uma proposta das instituições bancárias. Pergunta porque é que não se fez a consulta com mais tempo e não vieram mais propostas. Se a lei está mal porque é que a Câmara não insiste junto da ANMP para a lei ser alterada.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a mesa não tomou nenhuma decisão porque tal não foi requerido. Limitou-se apenas a manifestar a sua opinião. -

-----A D. Susana Manco (PS) disse que isto está a tomar proporções que não são benéficas para ninguém. Solicitou a interrupção dos trabalhos por 5 minutos e apelou a todas as bancadas que ponderem se se avança ou não para a votação.-----

-----Pelas 00.05 horas foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos.-----

-----Pelas 00.15 horas foram os trabalhos reatados.-----

-----Colocada à votação a proposta da Câmara Municipal para contracção de empréstimo a médio / longo prazo até ao montante de € 580.000 foi a mesma reprovada com 13 votos de reprovação (8 do B.P., 4 do P.S. e 1 do C.D.S./P.P.), 2 abstenções (1 do P.S. e 1 do C.D.S./P.P.) e 11 votos de aprovação (9 do P.S.D. e 2 da C.D.U.).-----

## ACTA N.º 10/2002 – Reunião de 20 de Dezembro de 2002

-----**REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO:** Presente a proposta de regulamento em epígrafe, foi a mesma colocada à discussão.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que pela leitura que fizeram do documento e pelo seu conteúdo, confessando o desconhecimento da lei que o suporta, surge-lhes a dúvida se este regulamento necessita efectivamente de vir à Assembleia Municipal. Solicitou esclarecimentos sobre como é que se dá a existência de receitas virtuais e perguntou se o senhor Presidente da Câmara fica satisfeito com uma informação com a periodicidade trimestral. -

-----A D. Marlene Veloso (BP) disse que se tentou informar sobre o documento e lhe parece que o mesmo está conforme a lei. Parece-lhe que está tudo muito centrado nas mãos do presidente e dos chefes de secção. Pensa que a Câmara precisa de organização porque lhe parece que está à deriva. Pergunta se não era demasiada burocracia de repente. Também não sabe exactamente se este documento precisa de passar pela Assembleia Municipal mas no mesmo já diz que vai entrar em vigor a 01 de Janeiro.-----

-----A Chefe da Divisão Financeira disse que as receitas virtuais são as que não são cobradas dentro do período normal de cobrança e neste momento isso refere-se essencialmente às receitas da água que são entregues à guarda do tesoureiro.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) salientou que o regulamento está bem feito cumprindo as normas da lei mas tem dúvidas se tem ou não de vir à Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) esclareceu que tudo o que é virtual não existe dando neste caso a ideia de se tratar de uma receita hipotética. A receita virtual é a entregue ao tesoureiro para cobrança mas cuja verba só se recebe quando cobrada.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal considerou que o regulamento está bem elaborado e no seu entender apenas deve estar para conhecimento da Assembleia.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) agradeceu a simpatia da Câmara em ter entregue o documento à Assembleia mas a lei diz que esta só se tem de pronunciar sobre regulamentos com eficácia externa.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse ter feito o agendamento em função do requerimento da Câmara Municipal mas de facto este regulamento não eficácia externa.-----

-----A Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos reconheceu que de facto a lei diz que devem vir à Assembleia Municipal os regulamentos com eficácia externa o que não é o caso.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a mesa considera dever seguir as indicações dadas pelos serviços pelo que retirou este ponto da ordem do dia.-----

-----Pelos 00.45 horas foi a sessão encerrada, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: